

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE BRACARA AUGUSTA: UM DIFÍCIL DIÁLOGO PASSADO-PRESENTE*

MANUELA MARTINS

O conferencista é sempre, ainda que o não explicita, um construtor de discursos, através dos quais veicula mensagens, sempre condicionadas pela sua condição e identidade, pelos assistentes e, simultaneamente, pelas condições históricas e sociais do momento. Pretendo com esta afirmação ultrapassar o lugar comum de que os factos, no caso presente, a História e a memória de *Bracara Augusta*, devem ou podem falar por si, devendo o autor abstrair-se da sua subjectividade.

De facto, a relação passado/presente, objecto desta comunicação, é sempre mediatizada por quem a lê, donde, essa leitura é sempre interpretação, simultaneamente, histórica e sociológica. Falar da História e da memória de uma cidade romana, através de um diálogo passado/presente, constitui assim, necessariamente, um exercício interpretativo e subjectivo.

Falar de *Bracara Augusta* não é inócuo. Estamos a falar de História e a História não é uma narrativa literária, que se conta como um guião, que conduz e ordena o fio dos acontecimentos. A História constrói-se e a sua construção,

* Conferência proferida no dia 30 de Março de 1993, inserida no ciclo "Do fundo dos mares ao alto das montanhas", promovido pela Biblioteca Pública de Braga.

dependendo da natureza dos factos e da sua interpretação, tem implicações sobre o presente e sobre o futuro.

Mas, falar de História é também falar de memória, que pode ser escrita, arqueológica, mas também oral, enquanto vivência passada, ou presente, daqueles que descobrem, escrevem, reinterpretem e consomem essa mesma memória.

História e memória emaranham-se, quais fios de diferentes romãs, tecendo várias Histórias simultaneamente.

Quer isto dizer, que a narrativa histórica nunca é única, nem unívoca, pois não existe apenas uma História possível de *Bracara Augusta*, enquanto cidade romana. Qualquer História é sempre História construída, que se desenha no percurso de um país e de uma realidade social concreta. De facto, a História de *Bracara Augusta* seria diferente, se diferente fosse a História nacional, ou as realidades sociais passadas e presentes.

Mas, o diálogo passado/presente também tem uma História, a da lenta e sucessiva descoberta de uma cidade, recuperada através dos seus vestígios, conservados, alguns, apenas na memória dos homens, que viveram e vivem essas descobertas. O diálogo passado/presente conta-se, assim, pelos vestígios preservados de uma cidade, mas também pela sua paulatina destruição.

É objectivo desta conferência cruzar duas narrativas: a da lenta descoberta de uma cidade romana, com muitas dificuldades em se afirmar na memória de uma região e de um país e a História aproximada, com base nas evidências conservadas, do que pode ter sido *Bracara Augusta* como cidade romana.

Finalmente, desejaria que o diálogo polissémico destas duas narrativas conseguisse traduzir a ideia de que passado e presente não são conceitos opostos em termos de construção da História, pois o passado só existe enquanto memória, revivida e reinterpretada no presente. Procuraremos assim demonstrar que esta característica da História lhe confere uma enorme fragilidade, pois torna-a dependente das vontades individuais e colectivas, permitindo a sua manipulação e, por vezes, a sua anulação, quando não é reconhecida como útil.

Iremos procurar mostrar quanto esta perspectiva se aplica a *Bracara Augusta* e às suas múltiplas Histórias, bem reveladoras de um difícil diálogo passado/presente.

Porque mais difícil do que a interpretação dos vestígios do passado é a recuperação da memória dos homens, é pelos seus actos que temos que deduzi-la. Assim, faltando-nos documentos que relatem a relação do homem medieval com o passado da sua cidade, sabemos apenas que essa relação era pragmática, traduzindo-se por um inequívoco e sistemático desmantelamento das construções monumentais da Braga romana, que forneciam útil e barato material de construção à cidade, que viria a desenvolver-se, sob acção do bispo D. Pedro, em torno da Sé catedral. O pequeno burgo medieval sacrificou, assim, grande parte das construções romanas, certamente então ainda bem visíveis, voltando costas a um passado que não teria qualquer significado.

Mas, o passado resiste por vezes à paixão dos homens. O pequeno e acanhado burgo medieval manteve fora do seu perímetro dois terços da cidade romana, cujas ruínas acabaram por deixar de ser visíveis durante séculos, sepultadas sob hortas e quintais. Esse voltar costas ao passado teve, então, a enorme vantagem de garantir a secular sobrevivência das ruínas de *Bracara Augusta*.

A elaboração de uma memória histórica, apoiada num espírito colecionista e antiquarista, constituindo um projecto da modernidade europeia, inicia-se em Braga, tal como aconteceu um pouco por toda a Europa, no séc.XVI, graças à acção dos arcebispos. Foi notável, nesse campo, a acção de D. Diogo de Sousa, cuja formação humanista, de raiz italiana, deixou marcas na cidade, ao reunir, no Campo de Santana, lápides encontradas na cidade e região e miliários provenientes das vias romanas que saíam da cidade. Este núcleo de materiais, cuja realidade nos chegou através da planta de Braunio (1594), constitui um primeiro esboço de um Museu de Arqueologia da cidade e, também, o primeiro testemunho que possuímos sobre o interesse concedido ao passado de Braga e da sua região. O mapa de Braunio representa, de resto, um documento de inegável interesse, pois mostra-nos que a memória do passado de Braga não se perdera por completo. Nele encontramos localizados alguns espaços da cidade romana, bem como as saídas das principais vias militares que uniam *Bracara Augusta* ao Império romano.

A redescoberta dos autores antigos, os vestígios ainda pontualmente visíveis de ruínas e a colecção de epígrafes, entretanto descobertas, permitiram a construção de uma História da cidade, primeiro ensaiada pelo arcebispo D. Rodrigo da Cunha e, finalmente, por Jerónimo Contador de Argote, cerca de um século mais tarde. Este último erudito, fiel ao espírito iluminista da sua época, descreveu ruínas, interpretou inscrições e delimitou, pela primeira vez, o perímetro da cidade romana, através dos restos ainda visíveis da muralha.

Uma paulatina acumulação de materiais, entre os sécs. XVIII e XIX, desenterrados ao acaso do subsolo, foi sendo descrita, pelo menos parcialmente, em obras eruditas, nas Memórias Paroquiais, e, finalmente, na imprensa periódica.

O século XIX trouxe algumas novidades à memória de *Bracara Augusta*. Uma delas, caracterizou-se pela laicização do passado, que entusiasmando agora indivíduos de diferentes profissões, eivados de um ideal nacionalista, conduziu a uma intensa acção antiquarista e à realização das primeiras escavações na região. Pereira Caldas (1818-1903), Albano Belino (1863-1906) e José Teixeira (1859-1928), são alguns dos mentores deste espírito, que se afirmou um pouco por todo o país e também pela Europa, associando-se à emergência da Arqueologia. O ideal nacionalista que animava aqueles eruditos e a afirmação da Arqueologia enquanto disciplina científica, destinada a recuperar o passado mais remoto, encontram-se historicamente enquadrados no espírito, então dominante, de preocupação pelas origens e busca da identidade dos espaços geo-políticos europeus.

Essa preocupação modernista, de criação de espaços de identidade nacional, teve como corolário o grande incremento concedido à Arqueologia, nos finais do século XIX, a afirmação desta disciplina como discurso histórico e culturalista e a criação de Museus, estes concebidos como fiéis depositários do passado, enquanto memória colectiva.

Esses ventos que sopravam pela Europa encontraram eco também em Portugal, materializando-se na fundação de alguns Museus e, noutros casos, em simples intenções, sujeitas às arbitrariedades dos homens. Braga é deste último caso um exemplo, pois a honrosa intenção, manifestada pela Câmara Municipal, em 1897, de criar um Museu nas Carvalheiras, destinado a reunir o espólio disperso pela cidade e os miliários reunidos por D. Diogo de Sousa, trasladados no séc. XIX do Campo Santana para as Carvalheiras, nunca viria a concretizar-se.

De facto, não basta haver vestígios para haver passado. Vestígios existiam e haviam mesmo estado expostos aos olhos de toda a gente, durante séculos, sem que, por isso, se tornassem mais significativos para os habitantes da cidade. Para que os vestígios representem o passado é necessário que possuam ressonância e façam parte da memória dos homens.

Sem dúvida que o que faltava em Braga, escasseava também no resto do país, mau grado as iniciativas isoladas, mau grado as consciências mais iluminadas.

Na viragem do século Portugal teimava ainda em não aderir à modernidade, negando-se o direito de construir a sua identidade e de conhecer as suas origens.

Assim, deveu-se a Albano Belino, o mais ardente defensor da arqueologia bracarense, da segunda metade do séc. XIX, a criação de um Museu de Arqueologia privado, sediado numa loja do Paço arquiépiscopal. Trata-se da primeira colecção significativa de materiais procedentes de *Bracara Augusta*, particularmente no que respeita ao seu núcleo lapidar, conhecido pelas publicações do próprio Belino. O ostracismo da cidade, em particular dos poderes públicos, em relação ao passado, determinaria que esta colecção fosse dispersa por outros museus, nacionais e regionais, e que Braga alienasse, assim, mais um pouco da sua memória e da sua História.

No entanto, a memória de *Bracara Augusta* continuou a forjar-se, incipiente e imprecisa, com sucessivas e fortuitas descobertas difundidas pela imprensa, nas próprias actas da C.M.B. e, por fim, nas revistas de Arqueologia, que viriam a surgir nos finais do séc. XIX. Da maior parte dessas descobertas apenas ficou a notícia, pois o espólio, acabou invariavelmente por ser destruído ou alienado.

É que para existir passado não basta desenterrá-lo e estudá-lo. É também indispensável preservá-lo, garantindo assim condições para futuras leituras do mesmo e para uma reformulação constante do necessário diálogo passado-presente.

O tão acarinhado projecto de criação de um Museu de Arqueologia em Braga, que salvaguardasse o valioso espólio recolhido, um pouco por toda a

cidade e região, viria finalmente a materializar-se, em 1918, por iniciativa da C.M.B., com a fundação do Museu D. Diogo de Sousa, cuja história, desde o seu nascimento até à sua revitalização, em 1980, já foi detalhadamente contada e publicada.

O percurso acidentado deste projecto museológico, com os seus sucessivos fracassos, justificados por falta de meios, falta de quadro, falta de direcção e, finalmente, falta de instalações, traduz afinal as dificuldades de afirmação, em Braga, de um espaço de memória histórica. E, esses sucessivos fracassos, passam, a partir de dada altura, a interligar-se com o próprio processo de descoberta de *Bracara Augusta*.

De facto, *Bracara Augusta* descobre-se através dos vestígios arrancados ao subsolo, cuja conservação é indispensável, pois sem eles não se faz História. Ora, essa História é tanto mais pobre quanto mais anulados e destruídos forem os vestígios materiais sendo esses tanto mais destruídos quanto menos ressonância tiverem na memória dos homens do presente.

Se a criação da memória histórica representa um dado inalienável da construção da sociedade moderna ocidental, para a qual foram indispensáveis os contributos da Arqueologia e a criação de Museus, como espaço de afirmação das identidades nacionais, podemos concluir que as vicissitudes da descoberta e sucessiva destruição de *Bracara Augusta* e o fracasso de um projecto museológico, em Braga, revelam, de facto, uma estranha relutância pela aceitação do passado, uma sistemática recusa de identidade e, simultaneamente, uma enorme dificuldade em aderir ao projecto da modernidade. Neste aspecto, os tímidos progressos ocorridos sob efeito da Renascença, do iluminismo e do nacionalismo, não conseguiram superar um mais arreigado medievalismo, pois o passado continuou a permanecer obscuro e mudo na memória dos homens.

A história da descoberta *Bracara Augusta*, neste século, pode dividir-se em três fases, unidas ainda pelo binómio descoberta-destruição.

Até aos anos sessenta o crescimento urbanístico da cidade moderna, pouco acelerado, continuou a poupar cerca de dois terços da cidade romana. As destruições foram pontualizadas e da sua memória ficaram-nos alguns trabalhos, de C. Teixeira, Russel Cortez e do Cónego Arlindo da Cunha. Algum espólio foi, entretanto, salvaguardado graças à acção e sensibilidade de dois eclesiásticos: o Cónego Arlindo da Cunha e o Cónego Luciano dos Santos, sendo disperso por vários Museus, designadamente dos Biscainhos, Pio XIX e Museu da Sé catedral.

A segunda fase correspondeu às maciças destruições dos anos 60/70, ocasionadas pela expansão da cidade de Braga para sul e SO. Esta fase trouxe como novidade as primeiras escavações, realizadas pelo Cónego Arlindo da Cunha e por J. J. Rigaud de Sousa, que propôs, em 1973, uma zona histórica e arqueológica para Braga, com limites de protecção bem definidos, mas que por razões desconhecidas nunca chegaria a ser publicada.

Em meados da década de 70 o surto de expansão construtiva parecia

imparável e a dizimação da memória de Braga inevitável. Foi a reacção pública de algumas boas consciências que travou esse processo, levado a cabo pela CODEP, cuja louvável acção acabaria por determinar a criação, em 1976, do Campo Arqueológico de Braga, tutelado pela recém fundada Universidade do Minho. Enquanto se realizam os primeiros salvamentos sistemáticos, foi publicado um pacote legislativo, tendente a libertar de construção os terrenos arqueológicos, sendo expropriados outros, que ficaram, assim, salvaguardados de construção.

Inicia-se deste modo, em 1976, uma nova e última fase da história da descoberta de *Bracara Augusta*, ainda marcada por numerosas destruições.

Não vou falar das dificuldades múltiplas de um salvamento urbano, com dezassete anos de vida, o primeiro e talvez o único a merecer verdadeiramente esse nome, no nosso país. Na verdade, as vicissitudes que pesaram, no passado próximo, sobre *Bracara Augusta* resultam de um complexo feixe de interesses e também de desinteresses, que tornaram o diálogo passado/presente altamente incoerente.

Mas nesta recente etapa, e mau grado tudo o que se perdeu, muito trabalho se fez em prol da arqueologia bracarense. Dezenas de escavações, quase sempre a reboque do crescimento urbano, raras intervenções planificadas e a lenta reavaliação dos dados históricos, arqueológicos e epigráficos, acabaram por permitir que a memória de uma cidade rica, como foi *Bracara Augusta*, possa persistir para além das paixões humanas.

O que sabemos daquela que foi considerada, por um historiador árabe, como semelhante a Mérida pela sua monumentalidade e apelidada de rica pelo poeta Ausónio, constitui o resultado de um difícil exercício de fusão e contraste dos dados propiciados pelas escavações recentes, por cerca de sessenta inscrições (quantas não foram apagadas pelos ventos da mudança e do progresso) e por fontes escritas de autores latinos.

Bracara Augusta foi uma das três fundações de Augusto no NO peninsular, surgidas no quadro da reorganização político-administrativa da Hispânia, quando terminaram as campanhas de pacificação desta distante região do Império. O papel que lhe coube no contexto da História romana resultou, em grande medida, da sua localização privilegiada no centro da zona do Entre-Douro e Minho, que havia atingido, nos finais do I milénio a.C., um considerável crescimento económico. Será essa circunstância que irá determinar o protagonismo político e administrativo que *Bracara Augusta* manterá sobre uma vasta região do NO peninsular durante muitos séculos.

Fundada, segundo os mais antigos testemunhos epigráficos, entre o ano 3 a.C. e 4 da nossa era, *Bracara Augusta* parece ter sido, desde os seus primórdios, sede de convento jurídico, centralizando, nessa qualidade, funções religiosas, designadamente associadas ao culto do Imperador, funções judiciais, funções fiscais e de recrutamento.

O contexto religioso que terá presidido ao seu nascimento é bem evidente pelo carácter das dedicatórias oficiais, que nos chegaram pelos monumentos

epigráficos, que honram o imperador, os seus netos, ou o seu lugar tenente, *Agrippa Postumus*, encarregado da reorganização da Hispânia. Esse contexto revela também a imposição do culto imperial, que irá cimentar ideologicamente o nascimento da nova colectividade dos Bracaraugustanos, que se impôs sobre um vasto território controlado por numerosos povos, que habitavam os castros.

Muito embora o local onde surgiu a cidade possa ter sido anteriormente utilizado como mercado ou centro de reuniões das populações indígenas, não podemos afirmar que *Bracara Augusta* teve origem num povoado indígena. Pelo contrário, tudo leva a crer que a fixação de uma população permanente no sítio de Braga não deverá ser anterior a Augusto, momento a partir do qual se desenvolve um pequeno aglomerado, cujos limites rigorosos são ainda desconhecidos, mas cujo centro se situava, com grande probabilidade, junto, ou sob a actual Sé catedral.

Bracara Augusta foi inicialmente, do ponto de vista jurídico, uma cidade peregrina, habitada fundamentalmente por indígenas, ainda que atraindo cidadãos romanos e militares, ligados ao comércio, a obras e ao lançamento da rede viária, que irá ligar a cidade ao Império.

A epigrafia e a arqueologia revelam-nos a lenta instalação na cidade de indígenas e imigrantes, que contribuem para a sua monumentalização e para o seu rápido florescimento económico.

O papel administrativo, económico e religioso de *Bracara Augusta* e a sua importância enquanto centro viário, terá determinado a promoção jurídica da cidade, no tempo dos imperadores Flávios, elevando-a a município, o que garantiu que passasse a dispor de órgãos de governo próprios, sendo alguns dos seus habitantes promovidos à qualidade de cidadãos romanos e inscritos na tribo Quirina. Essa promoção parece estar articulada com o projecto de renovação urbanística da cidade, iniciado no último quartel do séc. I e prosseguido, ao longo de todo o séc. II, que transformou *Bracara Augusta* numa grande cidade. Na verdade, a generalidade dos edifícios exumados até hoje, dentro do perímetro urbano, foram construídos nesse período.

As numerosas intervenções já realizadas em Braga, permitem documentar que o programa urbanístico flávio, contempla uma cidade de apreciável extensão, cuja área construída, pelo menos para o séc. II, pode ser estimada em 48ha.

A cidade revela uma malha urbana ortogonal, orientada NO/SE, reconstituída a partir de evidências de ruas e das próprias cloacas, bem como da sobrevivência da traça romana na parte sul da cidade medieval. Sabemos assim que a cidade estava dividida em quarteirões, designados por *insulae*, onde se erguiam, quer os edifícios públicos, quer as casas senhoriais, que ocupavam a parte oriental da cidade, quer os bairros artesanais, dominantes na parte ocidental.

Alguns dos grandes eixos de saída da cidade mantêm-se, ainda hoje, no urbanismo da cidade moderna.

São ainda reduzidos os conhecimentos disponíveis sobre a arquitectura monumental da Braga romana. Para além das termas públicas do Alto da

Cividade, não foi documentado, até ao momento, qualquer outro edifício público, o que se explica pelo facto do primitivo núcleo monumental se situar sob a Catedral e, ainda, pelo facto do presumível local do *forum* flávio, correspondente ao Largo Paulo Orósio, ter sido destruído.

Assim, é sobretudo a epigrafia que sugere a existência de numerosos templos, que honravam várias divindades. Entre as romanas estão representadas Júpiter, Evento, Mercúrio, Asclépio e Higia, Lares Viales e Isis. Como divindades indígenas, destacam-se Senaico, Ambiorebi, Ambieicer, Frovida, Nabia e Tongoenabiago, este último referido na Fonte do Ídolo. Existiria ainda um templo que servia o culto imperial, muito provavelmente localizado no sítio da actual Sé Catedral, testemunhado pela presença em *Bracara* de um sacerdote e de uma sacerdotisa deste culto. É ainda a epigrafia que sugere a existência de um mercado, também na zona envolvente da Sé Catedral, onde se encontrou uma inscrição ao Génio *Macelli*.

Suposta é também a existência de um anfiteatro, ou teatro, que se localizava fora do perímetro urbano, referido por vários autores, designadamente, por Jerónimo Contador de Argote, D. Rodrigo da Cunha e Luís Cardoso.

Se a generalidade dos edifícios públicos romanos foram sacrificados, no passado ou no presente, outrotanto não aconteceu com os bairros residenciais, melhor conhecidos, ainda que apenas parcialmente, a partir do conjunto de intervenções realizadas nos últimos anos. Sabemos assim alguma coisa, quer sobre as *domus*, normalmente com mosaicos, como acontece no claustro do Seminário de Santiago e nas Cavalariças, quer sobre casas mais modestas, ainda que pertencentes a proprietários abastados, como parece ser o caso da *insula* das Carvalheiras, onde recentemente se exumou um magnífico conjunto arquitectónico, com casa, lojas e balneário.

Lentamente, progredimos também no conhecimento do abastecimento de água, realizado em grande parte através de poços, como se documenta em numerosas habitações. Também, uma recente descoberta veio revelar o sistema de saneamento da cidade, feito através de uma rede de cloacas, cuja construção deve datar do período flávio/antonino.

São múltiplas as referências escritas à muralha romana de *Bracara Augusta*. J. Contador de Argote (1721), forneceu detalhes variados da sua morfologia e traçado e, A. Belino (1909), descreveu o seu percurso a partir da torre medieval de Santiago. Em 1910, José Teixeira reconstituiu o seu traçado, que configura uma área intra-muros ligeiramente oblonga, que se vem revelando coincidente com a área de distribuição das ruínas e das necrópoles, presentemente bem delimitadas.

Embora as áreas escavadas nas diferentes necrópoles sejam modestas, conhecemos hoje os rituais funerários e a sua evolução, bem como o estatuto social da população que, diferenciadamente, nelas se fez enterrar. Assim, poderemos admitir que a necrópole da Via XVII foi utilizada pelos estratos mais abastados da população urbana, como pode documentar-se pela rica sepultura feminina encontrada no Largo Carlos Amarante.

Acompanhando o surto urbanístico e a monumentalização dos seus espaços, certamente devidos às expensas municipais, *Bracara Augusta* floresceu enquanto centro económico. Cidade de comerciantes, foi-o também de artesãos. Entre as actividades mais florescentes conta-se a olaria, da qual possuímos testemunhos arqueológicos, quer do fabrico de lucernas, quer de cerâmica comum. Representado está também o fabrico de vidro e o trabalho da metalurgia.

Nos finais do séc. III, Diocleciano ao dividir a Tarraconense e criar a província da Galécia, que reúne os três conventos jurídicos do NO e parte do de Clunia, promoveu *Bracara Augusta* a capital da nova província, reconhecendo, deste modo, a sua importância geo-política.

A arqueologia testemunha entre finais do séc. III/inícios do IV uma generalizada remodelação de edifícios públicos e privados que pode facilmente ser correlacionada com a promoção da cidade a capital de província e com as suas novas responsabilidades.

Bracara Augusta parece assim ter mantido importância política e económica, num momento em que muitas cidades ibéricas registam retracção populacional e enfraquecimento da vida urbana.

Em *Bracara Augusta* não parece verificar-se uma redução da área urbana, como aconteceu em Conimbriga, pois muitos dos edifícios escavados em áreas limitrofes, já perto do perímetro da muralha, revelam importantes remodelações nos séculos IV e V.

Este surto construtivo pode representar uma consequência das reformas introduzidas pelos Imperadores da Tetrarquia e seus sucessores, que reforçaram as funções de gestão desempenhadas pelas cidades. Por outro lado, a adopção do Cristianismo e a sua organização como religião de Estado, facultou aos centros urbanos novas funções administrativas, enquanto sedes episcopais, como aconteceu, em Braga, nos finais do séc. IV.

Bracara Augusta e, de um modo geral toda a Galécia, mantiveram, assim, nesse período, importância económica e estratégica, pois de outra forma não se explicariam as remodelações urbanas tardias e os sucessivos restauros empreendidos na rede viária da região, documentados pelos abundantes miliários, com inscrições dos imperadores do Baixo Império.

A ocupação da cidade pelos Suevos, que aqui instalaram a capital do seu reino, iniciou um período conturbado e obscuro da história da cidade. Todavia, em meados do séc. VI, quando os Visigodos nela se instalam, a cidade subsistia, ainda, como importante centro administrativo, religioso e cultural, onde se celebravam concílios e se cunhava moeda.

Os sucessivos ataques e destruições operados pelos Árabes, dois séculos mais tarde, terão contribuído para dispersar a população e desfigurar a cidade, que parece ter mantido, até aos sécs. VIII/IX, o traçado urbano herdado da época romana.

Este breve historial situa o contexto de nascimento, desenvolvimento e fim de uma cidade, que durou perto de 1000 anos, se considerarmos a persistência da sua traça na malha urbana da parte sul da cidade medieva, que

sugere a continuada ocupação dos seus quarteirões.

No entanto, a História não constitui apenas narrativa cronológica de uma sucessão de factos que deduzimos das fontes. A História faz-se com homens que nascem, vivem e morrem. E dos homens que viveram em *Bracara Augusta* ficou-nos, apesar de tudo, alguma memória. Deles sabemos alguns nomes, profissões, condição social e cargos que desempenharam. Estas informações permitem-nos aflorar modestamente os caminhos da história social.

É a epigrafia que documenta, preferencialmente, a trama social urbana. Sabemos assim que a cidade foi ocupada maioritariamente por indígenas, que desde Augusto nela se foram fixando. Uns deram nome às futuras elites políticas e religiosas da cidade, outros, envolveram-se na carreira militar, obtendo, por essa via, a tão ambicionada cidadania romana, outros ainda, dedicaram-se ao comércio e artesanato que transformaram em actividades florescentes.

Bracara Augusta não foi uma fundação colonial, mas sim uma cidade criada num contexto indígena, símbolo do poder do Império numa região remota. Raros foram os agentes itálicos na cidade, reduzidos a alguns comerciantes, militares e à administração central. O facto da cidade possuir uma população indígena dominante, demonstra que o poder imperial reconheceu à aristocracia indígena a capacidade para governar e desenvolver a região. E será essa aristocracia a principal obreira de uma cidade que progressivamente se monumentalizou, à semelhança de qualquer cidade do Império, enchendo-se com templos, termas, mercado, anfiteatro, erguidos, certamente, com dinheiros municipais, à medida que a promoção jurídica dos seus habitantes se ia realizando.

A rápida assimilação de novos modelos culturais, de novos hábitos de vida, doméstica e pública, revela bem a capacidade de adaptação desta região à mudança.

Bracara Augusta não necessitou de imposição militar para se afirmar como cidade romana. A sua população era pacífica e inovadora, interessada em tirar os melhores dividendos de uma nova estrutura sócio-política e económica.

Foi talvez por isso que *Bracara Augusta* se tornou essencialmente numa cidade produtora de bens e de serviços, difusora de produtos para a região e com superintendência administrativa, religiosa, fiscal e militar sobre um vasto território.

Mas o papel de *Bracara Augusta*, como centro urbano, não se esgotou enquanto espaço de produção, de mercado e de serviços.

Uma cidade está sempre associada a um território, sobre o qual influi e do qual depende. A cidade desempenhou, por isso, um papel crucial na assimilação das populações indígenas da região, contribuindo para difundir novos modelos culturais, mas, também, novas formas de propriedade e exploração da terra, que alteraram a paisagem rural, modulada, a partir de então, por quintas e casais, que abasteciam a cidade.

Não se verificaram aqui fenómenos de concentração da propriedade

fundiária, como aconteceu noutras regiões do Império. Se a configuração topográfica não o favorecia, a alta rentabilidade dos solos e o tipo de produção que facultavam, não o justificava. A pequena e média propriedade terão sido sempre dominantes, orientando-se a sua produção para o auto-consumo e abastecimento preferencial da cidade e da região.

Se a riqueza dos seus proprietários não permitiu exuberâncias de luxo, traduzidas na construção de ricas *villae*, como existem no Sul de Portugal, também é certo, que essa riqueza se terá escoado, sobretudo, na monumentalização da própria cidade. Por outro lado, foi esta configuração socio-económica que terá poupado *Bracara Augusta* e a sua região aos efeitos da crise económica do séc. III, quando a desorganização do poder imperial e a ameaça das invasões condenou as economias dependentes do exterior e, com elas, muitas cidades no Império ocidental.

Bracara Augusta e a sua região parecem ter resistido bem, pela sua considerável independência económica, tecida numa exploração equilibrada dos recursos agrícolas, tendo podido manter a sua produção e os seus mercados, essencialmente regionais e, finalmente, o seu papel administrativo.

Das três cidades do NO peninsular, foi ela que foi escolhida para sede da nova província da Galécia. Os seus poderes e competências foram acrescidos e a generalizada renovação urbanística, testemunhada pelas escavações, demonstra que *Bracara Augusta* continuava a ser uma cidade rica e bem dimensionada, que mantinha, ainda no séc. V, uma activa vida económica, administrativa e cultural.

Muitas são ainda as leituras a fazer sobre *Bracara Augusta*. Do pouco que se salvou, muito resta por estudar e analisar. Mas se o projecto de reconstrução da vida social e económica de uma cidade do passado é tarefa dos arqueólogos, enquanto criadores de História e de memória, ele dirige-se prioritariamente aos habitantes da cidade Braga.

E para que o discurso da História chegue à cidade e a memória de *Bracara Augusta* sobreviva é prioritário que Braga disponha de um veículo, através do qual essa memória possa ser transmitida, reproduzida e revivida.

Ora essa transmissão faz-se prioritariamente pelas ruínas e pelos objectos. Por isso, ainda hoje, e mais do que nunca, a cidade carece de um Museu moderno, que faça justiça ao passado de Braga, aos homens que por ele lutaram e ao próprio presente.

A História de *Bracara Augusta* e da sua memória é uma História de destruições permanentes, umas inconscientes, outras deliberadas. Na sua grande maioria, sobretudo as mais recentes, perfeitamente injustificadas. Explicar essas destruições remete-nos para a incompreensível demissão daqueles a quem competia evitá-las. Com elas todos perdemos.

Entre os jogos económicos de uns, os jogos políticos de outros e as prioridades culturais e institucionais, tantas vezes questionáveis de outros tantos, hoje, como ontem, *Bracara Augusta* continua a ter numerosos inimigos, que com diferentes estratégias e objectivos procuram apagar a sua memória.

Porque entendo que o passado só existe na memória dos homens do presente e porque ele se constrói lentamente e destrói-se rapidamente, julgo que o passado só pode ser mantido enquanto exercício colectivo, tarefa de toda a comunidade e não apenas do historiador. À cidade de Braga e aos seus cidadãos cabe ainda decidir o que querem do seu passado.

Não gostaria de terminar esta conferência sem referir que, se em grande medida o que vos transmiti constitui uma interpretação pessoal, ela só foi possível pelo muito esforço e árduo trabalho de todos aqueles que, desde há já longos anos, se empenham nas escavações e nos laboratórios, para que a memória de *Bracara Augusta* não se apague definitivamente.

Eles são os técnicos da Unidade de Arqueologia e do Museu D. Diogo de Sousa, que diariamente escavam e limpam ruínas, desenham e restauram espólio. Na verdade, são eles a força invisível que sustenta a memória de uma História possível, lida pelas ruínas e pelos objectos.

Esta conferência dirige-se também a eles e é, simultaneamente, um modo de reconhecimento pelo seu empenho.

Finalmente, não posso deixar de lembrar aqui os nomes de alguns arqueólogos, que muito lutaram, desde 1976, em várias frentes, pela preservação da memória de *Bracara Augusta*, mesmo quando, já muitos, a consideravam condenada. Sem eles e sem o seu empenho, a História teria ficado mais pobre.

Um deles é o Dr. Francisco Alves, pioneiro do Campo Arqueológico e primeiro Presidente da Unidade de Arqueologia, que embora afastado de Braga, desde 1980, nunca deixou de se bater por *Bracara Augusta*. Outro, é o Dr. Francisco Sande Lemos, veterano do projecto de Salvamento, que, enquanto Presidente da Unidade de Arqueologia e Director do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, dedicou a este projecto o melhor do seu esforço. Outro, é a Dr.^a Manuela Delgado, incansável lutadora, que durante os anos 80, lutou tenazmente e perante o autismo dos poderes públicos, para garantir uma área de protecção especial para as termas do Alto da Cividade. Desta zona, já nada resta hoje, senão uma área *non edificandi*.

À sua maneira, todos os que se empenharam e empenham ainda por *Bracara Augusta*, descobrindo-a, estudando-a e lutando, tantas vezes ingloriamente, pela sua preservação, fazem já parte da sua História e da sua memória.

BIBLIOGRAFIA

- DELOO, M.; A. Gaspar e F. Sande Lemos (1986). O Salvamento de Bracara Augusta, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Set. 1985, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa, pp. 27-42.
- GASR, A. (1985). Escavações arqueológicas na R. de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, pp. 51-125.
- LE FIX, P. (1975). Aux Origines de Braga (Bracara Augusta), *Bracara Augusta*, 29 (67-68), pp. 155-159.
- MARIS, M. (1991). A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação, Actas do Congresso Alberto Sampaio, Guimarães (no prelo).
- MARIS, M. e M. Delgado (1889-90a). História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Braga, pp. 11-39
- (1990b). As necrópoles de Bracara Augusta: os achados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Braga, pp. 41-186.
- NUNI H. B. (1978). O salvamento de Bracara Augusta, 3. Da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 227-236.
- OLIVA, E. (1980). O Salvamento de Bracara Augusta, 7, Antigos achados, tentativa de interpretação crítica, *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3, Guimarães, pp. 107-116.
- OLIVA, E., E. Souto Moura e J. Mesquita (1982). Braga. *Evolução da estrutura urbana*, Câmara Municipal de Braga.
- TRAY, A. (1980). Religion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut Empire romain, *Seminário de Arqueologia do NO Peninsular*, 3, Guimarães, pp. 67-83.